

Povos indígenas e museus: políticas públicas e a gestão compartilhada

Marília Xavier Cury

INTRODUÇÃO

Os anos de 1980 foram promissores e muito do que fazemos hoje é parte de um processo implantado nessa década, a partir da qual se deu a virada pós-colonialista e o processo de descolonização da museologia e dos museus, entre estes os antropológicos/etnográficos e arqueológicos.

Algumas referências são muito oportunas e muitas remetem às décadas de 1960 e 1970. É necessário, ainda, lembrá-las, para o entendimento daquilo que sustentou um processo que nos traz discussões contemporâneas no que se refere à relação entre museus e indígenas no Brasil e no estado de São Paulo.

Na museologia, a Revolução de Maio de 68 foi fundamental para a renovação dos museus pelos antimuseus (BOLAÑOS, 1997). Esse foi um dos momentos de crise da instituição museal, entre outros que acompanharam a instituição (BOLAÑOS, 2009-2010). Nesse contexto, tivemos a emblemática Mesa-Redonda de Santiago, sobre o “Papel dos museus na América Latina”, que produziu a Declaração de Santiago – Chile, 1972, marco para a função social do museu; foi criada a Associação Nova Museologia e Experimentação Social (MNES) – França, 1982; o Ateliê Internacional da Nova Museologia gerou a Declaração de Quebec – Canadá, 1984; a Declaração de Oaxtepec foi formulada no evento Ecomuseus: o homem e seu entorno – México, 1984. Insurgiu contra a museologia vigente à época e alcançou uma perspectiva internacional, o Movimento Internacional por uma Nova Museologia (Miom) – Lisboa, Portugal, 10 de novembro de 1985 –, quando aconteceu o II Atelier Ecomuseus – Nova Museologia, com o tema: “Museus Locais e Nova Museologia”. Ainda em Portugal, na Vila Franca de Xira, aconteceu a “I Jor-

nada sobre a Função Social do Museu”, em 1988 (RECHENA, 2018, p. 1). Em 1986, o Minom afilia-se ao Conselho Internacional de Museus (Icom).

Trata-se, portanto, do período de desenvolvimento da Nova Museologia (1972-1985), com nomes proeminentes da museologia internacional, tais como George Henri Riviére, Hugues de Varine e André Desvallée, da França; e Pierry Mayrand, do Canadá. De acordo com Varine (2005, p. 3):

Personalidades fortes, tais como John Kinard (EUA), Mario Vazques (México), Pablo Toucet (Níger), Stanislas Adotevi (Benin), Amalendu Bose (Índia) e figuras inspiradoras de outras áreas como Paulo Freire (Brasil) ou Jorge H. Hardoy (Argentina) e muitos outros, ajudaram a germinar novos conceitos, cujo objectivo era descolonizar o museu e transformá-lo em uma ferramenta de desenvolvimento para as comunidades de base, ao invés de uma instituição de prestígio, utilizada para reforçar a elite. Nos marcantes anos de 1971 e 1972, essas ideias tiveram sua aparição na cena internacional. O seminário Unesco-Icom em Santiago em 1972 continua a ser o principal ponto de referência.

O que esses eventos promoveram e nos incitam até o presente é a ampliação dos debates e a promoção de novas práxis em torno de patrimônio, participação, comunidade, comunicação, para que, de fato, o museu esteja “a serviço da sociedade” e exerça a sua “função social” – desafio que ainda perdura no século XXI.

O alcance da Nova Museologia é imenso e vem sendo reconhecido. Ao refletir sobre a arte de rua na relação com a história da arte e a museologia, Lorente (2020, p. 13) afirma que nós “[...] los museólogos críticos debemos considerarnos descendientes de aquellos levantiscos idealistas, a partir de cuyo impulso seguimos nosotros dando otra vuelta de tuerca hacia la inserción del museo en la sociedad.”

No que se refere à problemática indígena na relação com seus direitos e esses direitos vistos no e pelo museu, a antropologia também passa pela descolonização do pensamento e da prática e dá sua relevante contribuição ao campo museal. Engajada com as condições criadas pela descolonização, a etnomuseologia se associa aos princípios do regulamento do Minom:

[...] combinou-se também com a emergência, a partir dos anos 60, das ideias (no fundo igualmente ligadas à crítica do saber acadêmico) que é possível agrupar debaixo das bandeiras da “nova museologia” e dos “ecomuseus”: contribuição para um melhor conhecimento delas próprias por parte das populações envolvidas, ancoragem territorial, descentralização, interdisciplinaridade, contextualização, promoção do “desenvolvimento sustentado” através da valorização da “identidade”, participação em vez de autoridade [...]. (DURAND, 2007, p. 375).

No marco das mudanças, uma instituição que não pode ser esquecida é o Museu de Antropologia (MoA) da Universidade da Colúmbia Britânica, de Vancouver-Canadá. Tal instituição continua a ser referência, como também objeto de observação e análise da museologia (CLIFFORD, 2009; DIAS, 2019; HOERIG, 2010; LORENTE, 2015, 2011; OLIVEIRA; SANTOS, 2019; PORTO, 2016; ROCA, 2015a, 2015b).

Nos finais dos anos de 1980, o então diretor do MoA, Michael Ames, passa a estabelecer compromissos com as “primeiras nações” (*first nations*). Concordamos com Andrea Roca (2015a, p. 132), quando afirma que no “período como diretor (1974-1997), Ames transformaria o MoA no líder da nova museologia (documentado no paradigmático trabalho ‘*Cannibal tours and glass boxes*’, 1992), e em um pioneiro em trabalhos colaborativos entre museus e *first nations*.”

James Clifford foi um colaborador do MoA, em 1988 esteve nesse museu com M. Ames. Em 1989, no Museu da Arte de Portland, do Oregon-Estados Unidos da América (EUA), a partir da demanda do então diretor da instituição, Dan Monroe, Clifford trabalhou com representantes dos *Tlingit*, e chegou a questões que persistem até a atualidade, como a requalificação de coleções e/ou curadoria compartilhada: o trabalho no museu é conjunto entre profissionais e indígenas, mas os indígenas, com os objetos ancestrais, trazem as questões presentes e contemporâneas ao grupo para a coleção e o museu. O seu artigo “*Museums as contact zone*” (CLIFFORD, 1997) traz essas e outras reflexões.

Podemos divagar, tendo como base duas instituições e situações representativas, diretores esclarecidos e posicionados no seu tempo e, por isso,

cientes de suas responsabilidades – Michael Ames e Dan Monroe fazem acontecer em seus museus, respectivamente MoA e Museu de Arte, o que já fora anunciado nas reivindicações e conquistas civis e avanços de políticas a partir dos anos de 1960: a participação indígena nos museus, a reciprocidade com os profissionais envolvidos e destaques enfáticos à autonomia e à autorrepresentação.

Em 1988, acontece a conferência “Preservando nosso patrimônio” (*Preserving our heritage: a working conference for museums and first peoples*) com povos indígenas e trabalhadores de museus em Ottawa. Algumas falas – registradas por Ames (2019) – ilustram um pouco da discussão. Tommy Owljoot (que fora diretor do *Eskimo Point Cultural Centre*, Canadá), disse: “os brancos se beneficiam da cultura *Inuit* por mais de cem anos, e que já era hora de restabelecer o equilíbrio. [...] Owlojoot e muitos outros nativos americanos estão apelando aos museus para que comecem a pagar suas ‘dívidas’ com o intuito de que seja equilibrada a balança.” (AMES, 2019, p. 59). A fala de Christopher Mc Cormick, representante do Conselho Nativo do Canadá (*Native Council of Canada*), trata das reconquistas de terras: “Nós estamos falando de assumir controle sobre nossas próprias vidas, nossas culturas e, mais importante, sobre a interpretação tanto do passado quanto do presente de nossas culturas.” (p. 59).

No Canadá, em 1991, o “Grupo de Trabalho sobre Museus e Povos Originários” (*Task Force on Museum and First Peoples*) produz “outro importante tratado que alteraria para sempre o panorama da sua museologia: ‘Virando a Página: Forjando novas Parcerias entre Museus e Povos Originários’ [*the page: forging new partnerships between museums and first people*]” (ROCA, 2015b, p. 119), com grande impacto político nas negociações posteriores entre museus canadenses e povos originários, considerando todas as ações que os envolvessem (pesquisa, exposição, coleções etc.).

De acordo com Michael Ames (2019), esse Grupo de Trabalho decorreu de polêmica situação que envolveu a exposição “O espírito canta: tradições artísticas dos primeiros povos do Canadá” (*The spirit sings: artistic traditions of Canada’s first peoples*), no Museu de Glenbow, em 1988, em

parceria com as Olimpíadas de Inverso de Calgary. A controvérsia estava voltada ao fato de o patrocinador do museu e exposição perfurar as terras reclamadas pelos indígenas representados. O boicote aos Jogos de Inverno teve apoio de muitas organizações e os museus passaram a se reunir, ainda em 1988, “para discutir sobre as implicações políticas do gerenciamento patrimonial e da interpretação que foram evidenciadas durante a exibição [exposição] e o boicote” (p. 61). Nas palavras de Georges Erasmus:

The Spirit Sings exhibition sparked a fair amount of controversy in Canada. It raised questions that museums had to deal with and a lot of questions that Native people had to address [...]. What kind of role should Native people play in the presentation of their own past, their own history? [...] When the exhibition came to Ottawa we had to ask the indigenous community what we were going to do. We could have continued with the boycott. But we needed to get beyond that. What we are embarking on now is the beginning of a different kind of relationship between two potentially strong allies. (TASK FORCE..., 1992, s./p.).

Na carta em que Tom Hill e dr. Trudy Nicks apresentam o relatório do Grupo de Trabalho, temos a resposta às expectativas de Erasmus: “The report represents two years of discussions between First Peoples and Cultural Agencies across Canada. The major issues are identified and recommendations have been presented to facilitate the development of future partnerships.” (TASK FORCE..., 1992, s./p.).

No contexto de reivindicações de direitos civis nos EUA, nas décadas de 1960 e 1970, “em meio às demandas políticas dos movimentos *Black Power* e *Red Power*, um processo amplo de renovação e descolonização dos museus tem ocorrido nos Estados Unidos” (DIAS, 2019, p. 266).

Desde 1967, o Smithsonian Institution organiza o *Smithsonian Folklife Festival*, com forte participação indígena, inclusive como curadores de exposições.

Em 16 de novembro de 1990, foi publicada a Lei de Repatriação e Proteção de Túmulos dos Nativos Americanos (*Native American Graves Protection and Repatriation Act* – NAGPRA), manifestando enormes descontentamentos sobre apropriações relacionadas ao patrimônio por instituições,

por um lado, e apontando para a autogestão de acervos, reconhecimento, autorrepresentação e ação política.

Em 1989, o Congresso aprova a legislação do Museu Nacional do Índio Americano (National Museum of the American Indian – NMAI). Em 1990, foi incorporada ao Smithsonian Institution a:

[...] coleção do antigo museu, de similar nome, da fundação Heye, com objetos da cultura material indígena considerada uma das mais importantes do mundo, pois se trata de um fundo museográfico de um milhão de exemplares arqueológicos e etnográficos e mais 86.000 fotografias, que se começou a formar em 1903, pelo interesse pessoal de George Gustav Heye (1874-1957), que viajou por toda América coletando peças. Em 1922 fundou o Museu do Índio Americano, no Bronx, e foi seu primeiro diretor (VOLKERT, 1997, s./p.).

Em 1991, Walter Richard “Rick” West sugeriu um pensamento seguido pelo NMAI que se formava: “Minha mais alta aspiração para o Museu Nacional do Índio Americano é que se analise novamente, redirecione e, em muitos casos, reformule por completo os conceitos e apresentações do passado com relação à cultura indígena.” (VOLKERT, 1997, s./p.). Em 1997, como diretor, do povo cheyenne arapahoe, W. Richard West se coloca de maneira direta sobre pertencimento, diversidade de públicos, múltiplas vozes curatoriais e distintas autoridades, negociação e redistribuição de poder no museu:

Para instituições que pretendem interpretar e representar a cultura, não se trata de dizer a um público culturalmente mais heterogêneo as coisas que sempre são ditas. Se trata de algo muito mais importante: que se ingressem aos museus esses diversos elementos [...] da vida cultural que possam falar por si mesmos através de umas instituições que têm uma missão tão definidora em descrever, modelar e estabelecer o lugar que aqueles ocupam na [...] cultura (VOLKERT, 1997, s./p.).

O NMAI foi inaugurado em 2004, com o propósito de “preservar, estudar e expor a vida, línguas, literatura, história e artes dos povos indígenas da América, do Alasca à Terra do Fogo.” (VOLKERT, 1997, s/p.).

Conforme Oliveira e Santos (2019, p. 7), ao longo dos séculos, ao museu, entre outras instituições, “coube a redução das múltiplas narrativas em uma única”, sem divergências, contradições e pontos de vistas diversos. Entre a segunda metade do século XIX e antes da Segunda Guerra Mundial, os museus coloniais se consolidam e ampliam ao máximo seus acervos, como também se preparam para mais uma de suas crises, pós-Segunda Guerra.

Quando terminó la guerra, la sensación general era que el museo era el símbolo de una concepción decimonónica anacrónica, sensación reforzada por las limitaciones materiales de la posguerra impuestas a las grandes instituciones europeas, que, apenas sin excepción, malvivían abandonadas, abrumadas por todo tipo de dificultades, cada vez menos amadas. Sus salas eran oscuras, frías y polvorientas, las instalaciones obsoletas, su gestión caótica, la formación de sus profesionales anticuada, la renovación arquitectónica apenas existente (BOLAÑOS, 2009-2010, p. 25).

O museu serviu ao projeto de modernidade, ao atuar na construção e difusão de um ideal de uma identidade nacional, como também ao trazer para si os discursos nacionalistas acerca dos seus valores fundamentais, para a consolidação do estado-nação. Barona Tovar (2016) refere-se ao contexto da Colômbia, evidenciando a tríade museu-identidade-memória e o museu como espaço de “domesticação da memória social”, controle hegemônico sobre a representação e, por isso, excludente.

Sempre mantendo uma forte ligação com um pensamento hegemônico em torno da nação e daquilo que é nacional, no pós-Segunda Guerra, a afirmação identitária entra em disputa com as narrativas nacionais colonialistas. Com isso, outras narrativas abrem espaços de colocação e o museu não fugiu a essa lógica: “Esse movimento, longe de constituir uma concessão por parte dos detentores das narrativas hegemônicas, correspondeu a um processo em que essas populações tomaram de assalto o seu direito de produzir “autorrepresentações” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 8). As políticas públicas culturais voltam-se aos direitos específicos. A diferença e a diver-

sidade passam a ser elementos da cultura. “Pluralizar as narrativas museais considerando-as múltiplas do ponto de vista interno e externo tornou-se então um imperativo, e os museus coloniais passaram a ocupar o *corner* das políticas públicas da cultura.” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 9).

Revedo esse processo, tendo como referências Canadá e EUA, considerando ainda outros contextos nos quais o colonialismo e a hegemonia se impõem, podemos dizer que a museologia ocupa um espaço na legitimação dos direitos indígenas, mas, também e ainda, mantém formas hegemônicas e colonialistas criticadas pelos promotores da nova museologia, ou seja, essas persistem e se reinventam nos museus. Estamos, ainda, procurando caminhos para “virar a página”, seguir e transformar, como afirmou Georges Erasmus: “We (the Aboriginal peoples) are well aware that many people have dedicated their time, careers and their lives showing what they believe is the accurate picture of indigenous peoples. We thank you for that, but we want to turn the page...” (*apud* TASK FORCE..., 1992, s./p.).

Outra necessidade seria “virar o jogo”, “trazer à tona” e “mudar os termos da conversa”:

Suponhamos, então, que ao pensar o “futuro do museu”, não o restringimos ou tentamos impor uma opção (excelência), mas lhe abrimos a uma pluralidade de opções, algumas das quais serão descoloniais. Pois, se a questão não é realmente sobre o futuro dos museus, mas sobre o futuro da humanidade, então é necessário “virar o jogo” e trazer à tona o que os museus escondem, como faz Wilson. Caso contrário, sem uma abertura para deixar que a opção descolonial entre na conversa, os museus continuarão a reproduzir a “sintaxe subjacente”, a matriz colonial do poder. Uma vez que a conhecemos e estamos gerando conhecimento para descrever e explicitar a “sintaxe subjacente”, a colonialidade do poder, então devemos unir forças para mudar não apenas o conteúdo, mas os termos da conversa: isto é, a questão não é “renovar” o museu, mas construir uma sociedade mais justa e pluriversal (MIGNOLO, 2018, p. 323).

A questão de fundo não é a renovação, pois consiste em outras formas de manutenção do colonialismo, mas de transformar o museu em institui-

ção democrática. Para tanto, as políticas públicas devem sustentar um novo papel para os museus no que se refere aos direitos indígenas, voltado à pluralidade e multivocalidade, certamente, mas sobretudo, um papel em que a interculturalidade seja a pedra fundamental para uma instituição democrática. Para Barona Tovar:

Para Colombia, la última década del siglo XX representó la posibilidad del reconocimiento de la ‘otredad’ como inclusión y como apertura de espacios para la convivencia en una relación social y políticamente válida, circunscrita en los mínimos acuerdos de una democracia que descansa en la interculturalidad (BARONA TOVAR, 2016, p. 61).

Para Carla Padró (2003), há uma distinção de modelos museais entre moderno, pós-moderno e pós-moderno revisionista. Entre os dois últimos, o modelo pós-moderno se traduz em processo democratizante. Já o outro é democrático, ele não almeja, ele é e atua na democracia cultural.

Por ello, se entiende la cultura institucional no desde una visión fija, sino como un espacio de distintas culturas y subculturas donde confluyen una serie de dilemas, contracciones y tensiones en relación con los procesos de selección y de producción de conocimiento. Ya no estamos ante la dicotomía entre novel y experto, entre profesional y artesano, sino que nos encontramos en un modelo en red donde confluyen diferentes visiones y versiones que son hechas públicas. (PADRÓ, 2003, p. 58).

Elucidando e enfatizando o caráter democrático dos museus, acrescentamos a seguinte reflexão de Barona Tovar:

El museo que vemos hoy en día, así como sus exposiciones permanentes y temporales, tiene, entonces, como reto inaplazable la intención de facilitar el reconocimiento de otras realidades representadas en los universos indígenas, negros, campesinos y urbanos, mediante la sugerencia para entrar en la reflexión acerca de sus rituales, sus simbolismos y su pensamiento, no como una realidad distante, como algo que sucede de manera exótica, digno de observar como tal; sino que forma parte de nuestras cotidianidades, de nuestras geografías compartidas, de nuestras realidades definitivamente interculturales (BARONA TOVAR, 2016, p. 68).

UNESCO: RECOMENDAÇÃO REFERENTE À PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS MUSEUS E COLEÇÕES

Conforme a “Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade” (UNESCO, 2015, p. 3), o museu é um espaço de “diálogo intercultural entre os povos”, visão que seguiremos, sempre vislumbrando os direitos indígenas à musealização e à autorrepresentação, como indicadores de autodeterminação e soberania culturais.

Na Recomendação da Unesco (2015), há dois itens que se referem especialmente à comunidade e aos povos indígenas: item 11 (quando as funções dos museus são apresentadas) e 18 (em função social do museu). O item 11 nos traz a questão do fortalecimento dos museus pelas comunidade, ao passo que o 18 se refere a coleções musealizadas e à necessidade de interações entre museus e povos indígenas:

11. Políticas de comunicação devem levar em consideração a integração, o acesso e a inclusão social, e devem ser conduzidas em colaboração com o público, incluindo grupos que normalmente não visitam museus. Ações de museus deveriam também ser fortalecidas pelas ações do público e das comunidades em favor dos museus. (UNESCO, 2015, p. 6).

18. Nos casos em que o patrimônio cultural de povos indígenas esteja representado em coleções de museus, os Estados Membros devem tomar as medidas apropriadas para encorajar e facilitar o diálogo e o estabelecimento de relações construtivas entre estes museus e os povos indígenas como respeito à gestão dessas coleções e, onde apropriado, ao retorno ou restituição de acordo com as leis e políticas aplicáveis. (UNESCO, 2015, p. 8).

No que se refere à função social dos museus, fundada na Declaração de Santiago do Chile, de 1972, o item 17 da Recomendação nos apresenta os papéis:

17. Museus são espaços públicos vitais que devem abordar o conjunto da sociedade e podem, portanto, desempenhar um importante papel no desen-

volvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre identidades coletivas. Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo os grupos vulneráveis. Eles podem constituir espaços para a reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. Os Estados-membros devem encorajar os museus a cumprir todos esses papéis (UNESCO, 2015, p. 7).

Sobre a participação dos Estados-membros:

Recordando que uma Recomendação da Unesco é um instrumento não vinculante que estabelece princípios e diretrizes de política voltados a diferentes atores,

Adota esta Recomendação em 17 de novembro de 2015.

A Conferência Geral recomenda que os Estados-membros apliquem as seguintes disposições, tomando quaisquer medidas legislativas ou outras que possam ser necessárias para implementar, dentro dos respectivos territórios sob sua jurisdição, os princípios e as normas estabelecidos nesta Recomendação (UNESCO, 2015, p. 4).

É importante destacar que o documento baseia-se no modelo de museu tradicional, ou seja, não se refere aos museus comunitários e, entre eles, os indígenas. Isso é perceptível na redação, mas explicitamente na definição de museu do Icom, conforme apresentado anteriormente. Mas o documento em si traz alguns conceitos-chave bastante pertinentes, como: direitos humanos, acesso e acessibilidade, diversidade cultural e natural, coesão social, desenvolvimento sustentável e indústrias culturais e criativas.

Isso exposto, as políticas públicas para o setor museal no Brasil na sua relação com os povos indígenas e o quanto se alinham aos avanços da museologia, da antropologia e da arqueologia, como também à Recomendação da Unesco de 2015, está em observação neste artigo. No trabalho de levantamento de diversos aspectos relativos à questão em pauta, que se apresenta a seguir, a particularidade do estado de São Paulo poderá nos trazer

outros dados da realidade política de interesse, considerando que as políticas públicas se fundam em legislação, mas têm expressões práticas. Nesse sentido, uma varredura sobre o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) será o primeiro nível de observação, seguido pelo segundo que se dará sobre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC) do governo do estado de São Paulo. A consulta se dá pelos *sites* institucionais, incluindo a legislação, considerando que essas instâncias governamentais devem se pautar na ampla divulgação de suas ações.

IBRAM E A POLÍTICA MUSEAL BRASILEIRA

No Brasil, as políticas públicas voltadas ao social se desenvolvem com a Constituição de 1988. No que se refere às culturas indígenas, na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, foi criado o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (2004) – Cultura Viva –, que, posteriormente, passou à política de Estado, ao instituir a Política Nacional de Cultura Viva (2014), tendo os Pontos de Cultura como uma das suas principais ações.

Os prêmios, por meio de editais públicos, destinavam-se à certificação para valorização das culturas indígenas, com os temas: Religiões, rituais e festas tradicionais; Músicas, cantos e danças; Línguas indígenas; Narrativas simbólicas, histórias e outras narrativas orais; Educação e processos próprios de transmissão de conhecimentos; Meio ambiente; entre outros. Foram promovidas quatro edições do Prêmio Culturas Indígenas, que também homenageavam lideranças, a saber:

1ª edição – 2006, homenagem ao líder Kaingang Angelo Cretã;

2ª edição – 2007, homenagem a Xicão Xukuru;

3ª edição – 2009, homenagem a Guarani Marçal Tupã-Y;

4ª edição – 2012, homenagem a Mebengokré (Kayapó) Raoni Metuktire.

Em 2015, foi aberto edital para o Prêmio Pontos de Culturas Indígenas.

No setor museal, a Política Nacional de Museus (PNM) foi amplamente discutida e divulgada em 2003. Sobre o texto da PNM, podemos destacar:

compromissos com uma “gestão democrática e participativa”, renovação de perspectivas de “construção de um novo projeto de nação mais inclusivo e com maiores estímulos à participação cidadã”, com correspondência à política cultural, e promovendo o acesso aos bens culturais e à diversidade social, étnica e cultural (BRASIL, 2003, p. 8). O texto apresenta, ainda, sete princípios orientadores, com destaque para: 1. Democratização das instituições e do uso do patrimônio; 2. Valorização dos acervos e potencialidades nos processos identitários; 3. Educação para o respeito à diversidade; 4. Direitos das comunidades de participação na musealização; 5. Reconhecimento da participação de “novos” museus na PNM; 6. Incentivo a conservação, preservação e sustentabilidade; 7. Respeito aos patrimônios culturais das comunidades indígenas e afrodescendentes (BRASIL, 2003).

O órgão responsável pela PNM é o Ibram, criado em janeiro de 2009, com a lei nº 11.906. Entre 2011 e 2019, vários editais de fomento foram lançados: Mais Museus, Modernização de Museus, Prêmio Darcy Ribeiro, Prêmio Mario Pedrosa, Implantação e Fortalecimento de Sistemas de Museus, Prêmio Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.

Com o Ibram, 12 pontos de memória são apoiados, por meio de parcerias com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Três editais públicos foram lançados como Prêmios Pontos de Memória em 2011, 2012 e 2014. Nos editais (anterior e atual), alguns museus indígenas foram premiados, a saber: Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, Museu Indígena Kanindé, Museu Magüta e Museu Virtual Pataxó (2011) e Museu Virtual e Aberto Pataxó Aldeia Velha (2012).

Os conceitos e ferramentas da Museologia Social são aplicados, então, no Programa Pontos de Memória, instituído como política pública pela portaria nº 315, de 6 de setembro de 2017. De acordo com informação no site do Ibram (2020), o programa:

[...] reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e

desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura.

O portal do Ibram (2020) conceitua museus da seguinte forma:

No universo da cultura, o museu assume funções as mais diversas e envolventes. Uma vontade de memória seduz as pessoas e as conduz à procura de registros antigos e novos, levando-as ao campo dos museus, no qual as portas se abrem sempre mais. A museologia é hoje compartilhada como uma prática a serviço da vida. O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha. Por meio dos museus, a vida social recupera a dimensão humana que se esvai na pressa da hora. As cidades encontram o espelho que lhes revele a face apagada no turbilhão do cotidiano. E cada pessoa acolhida por um museu acaba por saber mais de si mesma.

Também se apresenta uma definição, com formato muito próximo ao que o Icom apresenta na lei nº 11.904, que institui o Estatuto de Museus:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

No entanto, na Lei nº 11.904, há uma informação relevante, que amplia enormemente o que se considera museu: “Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.” O

destaque está na abrangência do entendimento sobre o que é museu, incluindo os museus comunitários e outros processos coletivos que, muitas vezes, não apresentam uma formalidade institucional, o que não significa que não possam se enquadrar como museu.

Em síntese, os direitos indígenas são contemplados no plano federal, seja na redação da PNM (2003), nos prêmios e posteriormente programa Pontos de Memória. Mas outros dois aspectos são fundamentais: 1) o Ibram não perde a sua coerência quanto ao que considera museu como instituição, baseando-se no Icom, mas ampliando o entendimento sobre “processos museológicos”, garantindo-se, assim, espaço para os museus comunitários e indígenas, e a autonomia, autodeterminação e soberania de grupos e comunidades tradicionais, as culturas indígenas aqui incluídas.

POLÍTICA PÚBLICA MUSEAL EM SÃO PAULO

No estado de São Paulo, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC) tem como missão (SÃO PAULO, 2020b, s./p.):

Formular e implementar políticas públicas visando a excelência na preservação do patrimônio cultural, no estímulo à produção artística e na garantia de acesso aos bens culturais para a população do Estado de São Paulo em toda a sua diversidade. (Grifos no original).

No documento “Apresentação da Política Cultural da Secretaria da Cultura” (SÃO PAULO, 2016), disponível no Portal da Transparência da SEC, constam alguns enunciados relevantes para a discussão proposta neste:

VALORES Os valores da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, definidos de forma participativa e coordenada, em processo de planejamento conduzido sob orientação da Secretaria de Gestão Pública e do Gabinete da Pasta, entre 2013 e 2014, configuram-se a partir dos seguintes enunciados:

- Cultura como dimensão simbólica da constituição das identidades individuais e coletivas e dos legados sociais
- Cultura como elemento fundamental para o pleno exercício da cidadania
- Cultura como direito e respeito à diversidade humana

- Cultura como vetor social e econômico para o desenvolvimento sustentável.

Há alguns elementos que associam os valores da SEC à Recomendação da Unesco (2015), como participação, cidadania, direitos, diversidade, e, principalmente, a consideração das identidades, demarcando a pluralidade paulista.

Com estrutura organizacional bastante complexa e abrangente, aqui privilegiamos as informações da SEC relativas a museus, buscando sempre as relações possíveis com as culturas indígenas, mas também as culturas indígenas em outras ações. A SEC apoia a Assessoria de Cultura para Gêneros e Etnias (ACGE) para ações com “afrodescendente, cigana e indígena, nas questões étnicas; aos movimentos sociais das mulheres, dos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBTI+), nas questões de gênero; e da Pessoa com Deficiência, além de outros segmentos vulneráveis.” (SÃO PAULO, 2020c, s./p.). Na mesma aba, também temos Assessoria para o Hip Hop: “Iniciativa única no Brasil, a Assessoria atua na criação e difusão de políticas públicas que atuem junto ao Movimento Hip Hop, manifestação cultural de grande importância, que dialoga diretamente com a juventude brasileira.” É interessante observar que, por um lado, há um conjunto – afrodescendentes, ciganos, indígenas, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, deficientes e vulneráveis – e por outro “uma experiência única no Brasil” ligada ao Hip Hop, o que levanta o questionamento: por que não mais assessorias específicas? E os direitos diferenciados?

Outra ação da SEC é o Programa Oficinas Culturais, que no interior do estado executa o Ciclo de Cultura Tradicional e dentro deste o Programa de Cultura Indígena: “[...] Explorando o universo de temas como cultura caipira, caçara, indígena, tradições afro-brasileiras, religiosidade e cultura popular [...]” (SÃO PAULO, 2020b, s./p.).

Em exploração na aba “Notícias” do *site* da SEC, ainda podemos encontrar as culturas indígenas integradas a ações da secretaria, tais como Revelando São Paulo, “maior festival de cultura tradicional de São Paulo”:

No espaço Aldeia, bijuterias, chocalhos, chaveiros, canetas, ervas medicinais e uma variedade de artesanatos indígenas serão expostos e comercializados. Peruíbe traz “Bolsas de Palha e de Fibra de Coroa”, Osasco apresenta “Bijuterias com Sementes e Penas” e Itaporanga expõe os “Filtros dos Sonhos”, entre outros (SÃO PAULO, 2020c, s./p.).

O texto acima é bastante evasivo, pois pouco informa sobre a participação indígena. Considerando o impacto econômico do festival, podemos supor que as culturas indígenas em São Paulo pudessem ter nesse evento maior protagonismo.

O programa de fomento intitulado como Programa de Ação Cultural (Proac) tem grande relevância, com duas linhas de atuação: Proac ICMS e editais. Os editais são abertos anualmente e podem ser estímulos quanto à continuidade no que se refere à preparação dos museus para a participação. Um deles é “Modernização de Acervos de Museus e Arquivos”, outro edital apoia o “Desenvolvimento da Cultura Popular, Tradicional, Urbana, Negra, Indígena e Plural”. Este último se sobrepôs ao edital “Culturas Indígenas”, extinto, com aumento de aportes e valor do prêmio. Nos editais, não raro, há projetos de museus indígenas inscritos, selecionados e contemplados. Além disso, a SEC mantém parceria com a Secretaria Especial de Cultura, do governo federal, para realização do edital “Culturas Vivas no estado de São Paulo”, destinada a Pontos de Cultura, mais um espaço que os indígenas podem ocupar com seus projetos de museu e/ou de preservação da cultura. Apesar da validade desses dois editais em particular, como política pública para a promoção dos museus comunitários e indígenas, há a demanda contida para um edital específico, como tantas vezes manifesto a gestores públicos no Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus – evento anual que ocorre desde 2012. Outro aspecto já levantado refere-se à linguagem fechada dos editais, colocando os indígenas na tutela daqueles que possam traduzi-los e operacionalizá-los.

A SEC mantém cinco unidades gestoras, entre estas a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM):

A UPPM é responsável pela elaboração, desenvolvimento e avaliação de diretrizes e políticas públicas relacionadas ao patrimônio museológico do Estado de São Paulo. Mantém uma rede composta por equipamentos culturais – geridos em parceria com Organizações Sociais de Cultura, e o Sistema de Museus do Estado de São Paulo (Sisem-SP), que congrega e articula os museus do Estado, promovendo a qualificação e o fortalecimento institucional em favor da preservação, pesquisa e difusão do patrimônio museológico paulista. (SÃO PAULO, 2020b, s./p.).

No que concerne à legislação, conforme decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, que Reorganiza a Secretaria da Cultura, na Seção IV – Da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (SILVA; RAMOS, 2018a, p. 183-184) temos:

Artigo 13 – A Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico tem a seguinte estrutura:

I – Grupo de Preservação do Patrimônio Museológico;

II – Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus; (NR)-A-crescentado pelo art. 12 do decreto 57.035/2011.

III – Núcleo de Apoio Administrativo.

As atribuições da UPPM, por meio do Grupo de Preservação do Patrimônio Museológico, estão definidas no artigo 51 do decreto (SILVA; RAMOS, 2018a). Embora o detalhamento seja deveras pertinente, nada nos faz crer que as culturas indígenas no território paulista tenham algum destaque, apesar de ser mencionada no item III a “diversidade cultural do Estado” (p. 194). No entanto, chama a atenção o Parágrafo único, pois se baseia na definição de museus do Icom, ainda vigente:

Para os fins deste decreto, consideram-se entidades museológicas os equipamentos culturais caracterizados como instituições permanentes, com acervos abertos ao público para finalidades de estudo, pesquisa, educação, fruição e deleite, e que possuam um quadro de pessoal adequado ao seu funcionamento (SILVA; RAMOS, 2018a, p. 195).

O Sistema de Museus do Estado de São Paulo (Sisem) foi criado pelo decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986 (SILVA; RAMOS, 2018a).

As atribuições do Grupo Técnico de Coordenação (GTC) do Sistema Estadual de Museus tem suas atribuições definidas pelo decreto nº 57.035/2011, de 2 de junho de 2011, que “Altera a denominação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo para Sistema Estadual de Museus – SISEM-SP, dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas” (SILVA; RAMOS, 2018a, p. 233). Sobre os objetivos do Sisem:

Artigo 2º - O Sistema Estadual de Museus – SISEM-SP, coordenado pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, da Secretaria da Cultura, prevista no artigo 3º, inciso VI, alínea “b”, do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, tem os seguintes objetivos: I - apoiar tecnicamente os museus do Estado de São Paulo; II - promover: a) a articulação e a cooperação entre os museus, respeitando a autonomia jurídico-administrativa e cultural de cada instituição visando à valorização, à qualificação e ao fortalecimento institucional dos museus do Estado; b) intercâmbios e a celebração de convênios com instituições nacionais e internacionais capazes de contribuir para a qualificação, o aperfeiçoamento e a valorização das organizações e dos acervos museológicos do Estado; III - contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus; IV - estimular e apoiar programas e projetos de formação, capacitação, aperfeiçoamento técnico e atualização profissional para os museus existentes no Estado; V - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades: a) de preservação, segurança, documentação, pesquisa, intercâmbio e divulgação do patrimônio museológico e cultural existente no Estado; b) culturais e educativas nos museus do Estado visando à ampla participação e ao interesse dos diversos segmentos da sociedade; VI - elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação do Estado.

Novamente se faz necessário um destaque sobre o artigo 3º do referido decreto, pelo motivo anteriormente mencionado, a semelhança com as diretrizes do Icom:

Para os fins deste decreto consideram-se entidades museológicas, com possibilidade de integrar o Sistema Estadual de Museus – SISEM-SP, os equi-

pamentos culturais caracterizados como instituições museológicas permanentes, sem fins lucrativos, que preservem e divulguem acervos culturais materiais ou imateriais em espaços abertos ao público para finalidade de estudo, pesquisa, educação e fruição, contando com quadro de pessoal para seu funcionamento. (SILVA; RAMOS, 2018a, p. 233).

No *site* do Sisem está a Política Estadual de Museus (SÃO PAULO, 2020d), que aqui resumimos. A participação da sociedade civil se dá pelos representantes regionais do Sisem e pelo Encontro Paulista de Museus (EPM). Do texto anunciado no portal se destaca os conceitos de direito cidadão/cidadania, participação, memória, diversidade cultural, articulação entre museus e apropriação cultural:

Missão

Promover a preservação, a pesquisa e a comunicação do patrimônio cultural dos museus paulistas em favor do direito dos cidadãos à participação ampla, à memória e à diversidade cultural, por meio da formulação e implementação de políticas públicas para a área museológica e da articulação desses museus.

Visão

Ser referência no campo museal por meio das ações decorrentes das políticas públicas voltadas aos museus paulistas, promovendo a apropriação do patrimônio cultural pela sociedade e garantindo o direito à cultura e à memória. (SÃO PAULO, 2020d, s/pág.).

A respeito da gestão do Sisem, a resolução SC-89 de 12 de setembro de 2018, Designa membros para comporem o Grupo de Trabalho do Sisem, instituído pela Resolução SC 60, de 27 de agosto de 2012, composto por representações regionais, visando a:

[...] contribuir com o Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus – GTC SISEM – na proposição, promoção e apoio às oficinas, conferências, cursos, palestras, congressos, itinerância de exposições e outros projetos educativos e culturais, com a finalidade de estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade nos museus localizados no Estado de São Paulo (SILVA; RAMOS, 2018b, p. 173).

Vemos, aqui, a participação por representatividade e dos diversos segmentos da sociedade, como também a diversificação de ações, o que consideramos positivo, só temos especificações e demandas culturais específicas. A referência à diversidade não dá conta das diferenças e dos espaços onde se colocarão.

O EPM é um importante evento anual, desde 2009, organizado em torno de temas, seguindo a resolução SC-86, de 3 de setembro de 2018, que cria a Comissão Consultiva do EPM e designa membros para a comporem (SILVA; RAMOS, 2018b). Talvez na comissão consultiva pudesse ter presente a representação indígena que vem cada vez mais ganhando peso, a exemplo da Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPIN Sudeste); e talvez na programação do evento pudessem ser discutidos os direitos indígenas à musealização e à autorrepresentação nos museus no estado de forma contínua, não episódica.

No que concerne aos indicadores culturais, para o Programa Museus da SEC, temos como indicadores e resultados: “Percentual de crescimento de público; Percentual de municípios atendidos com ações de preservação de patrimônio museológico” (SOUSA SILVA; RAMOS, 2018, p. 30), para os objetivos:

Tornar os museus referenciais em preservação, pesquisa, gestão e divulgação do patrimônio museológico, ampliando a visibilidade e o acesso ao público. Investir na preservação das edificações, conservação, documentação e pesquisa dos acervos; qualificar e diversificar a programação cultural, melhorando a gestão e o atendimento a todos os públicos e apoiar a criação de novos museus.

Novamente, os museus comunitários – e entre esses, os indígenas – estão ausentes, reforçando os preceitos da definição de museus do Icom.

Entre os 19 museus do âmbito da SEC, o único que se dedica às culturas indígenas é o renomado Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (MIV), em Tupã. Esse museu preenche em grande parte as obrigações do estado de São Paulo com os indígenas, mas não plenamente, sobretudo porque todo e

qualquer museu deve abrir-se aos povos indígenas, como parte constitutiva das identidades de São Paulo, conforme anunciado nos valores da Política Pública Estadual (2016). Apesar do evento anual que se realiza no MIV desde 2012 – Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus (EPQIM) –, os debates se realizam com as três Terras Indígenas mais próximas, não promovendo um encontro maior entre indígenas e indígenas, não indígenas, e profissionais de museus no estado.

Fazendo uma síntese, há a presença indígena nas ações da SEC, mas diluída e esparsa, sem muita proeminência e diferenciações. O maior espaço de protagonismo indígena está no MIV. Embora importante, essa concentração no interior do estado de São Paulo tem um peso – está contida de certa forma, considerando a diversidade indígena em São Paulo – e uma restrição – as interações são localizadas e restritas ao lugar e aos grupos indígenas mais próximos. Nesse sentido, o EPM poderia ser também um lugar de encontro entre indígenas no estado de São Paulo e entre indígenas e profissionais de museus, sempre buscando a promoção do diálogo intercultural e o futuro dos museus no estado.

Quanto à importância para o fomento da participação indígena nos processos de musealização, o edital de Modernização de Acervos depende da vontade das instituições museais. Nos outros dois editais (Culturas Tradicionais e Pontos de Cultura), organizações indígenas podem participar, disputando com um espectro amplo de demandas, como o próprio título indica. No caso, seria necessário um estudo aprofundado para apontar o impacto desses editais para o aprimoramento das relações entre indígenas e museus. Nesse momento, o que pode ser registrado é a premiação de dois projetos de museus indígenas: Museu Worikg (Kaingang, TI Vanuíre), Museu Akãm Orãm Krenak (Krenak, TI Vanuíre) e Museu Trilha Dois Povos uma Luta (Kaingang e Terena, TI Icatu), na antiga categoria Culturas Indígenas, entre outros projetos indígenas contemplados de alcances amplos, conforme as lutas indígenas mais amplas.

Destaque pode ser dado à forte atuação do MIV, ao contrário dos inúmeros museus municipais presentes no estado, que se apoiam fortemente em

ideias colonialistas e na colonização de São Paulo, apagando ou encobrendo a presença indígena nos museus e na história desse estado. Se partirmos das narrativas presentes nos museus municipais paulista para se chegar à política pública, pela ênfase dada aos fatos e personalidades históricos, eventos comemorativos, patronos e pioneiros, imigração, entre outros, chegamos ao que foi implantado entre os anos de 1956 e 1973 como rede de museus histórico-pedagógicos, que sustentou o ideal colonialista e desenvolvimentista (MISAN, 2008), à revelia dos direitos indígenas às suas narrativas historicamente colocadas no estado de São Paulo, ao lado de outras. Se partirmos de pesquisas acadêmicas, a exemplo do projeto “Os museus de arqueologia e a arqueologia nos museus: análise de exposições museais no oeste de São Paulo e norte do Paraná” (LIMA, 2016, 2020), talvez possamos construir um diagnóstico que nos mostre com clareza uma realidade que precisa ser conhecida pelos gestores públicos que cuidam não somente da preservação, mas dos direitos constitucionais às memórias no museu.

Para mudança desse cenário, certamente precisamos de instrumentos jurídicos que sustentem políticas públicas museais, mas necessitamos de uma visão social fundada na diversidade e na diferença, e que o ideal contemporâneo de sistema e redes de museus possa explorar, sempre buscando os protagonismos e protagonistas, mas também a interculturalidade.

ATENÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E AOS MUSEUS

O que podemos constatar também são as contribuições dos museus universitários que reservam especial e particular atenção aos povos indígenas no Brasil e seus direitos à musealização. Destacam-se os avanços dos campos de conhecimento (antropologia, museologia, arqueologia, educação, por exemplo) e as novas práxis museais com a colaboração, curadorias compartilhadas, redes de disseminação de coleções e outros projetos desenvolvidos com indígenas. O que se realiza, dentro de um protocolo baseado na relação dialética, é o embate entre o “eu” e o “outro” no museu, entre profissionais e grupos indígenas:

[...] “eu e outro serão trazidos para um processo de reconhecimento mútuo baseado em um tipo de conhecimento que modifica o conhecedor e que, através do mesmo movimento, reconstitui sua identidade” (FABIAN, 1999, p. 68, reimpresso em 2001, p. 177).

O ponto, é claro, é que nessa relação ambas as partes devem ser reconhecidas tanto como conhecedoras quanto como conhecidas (FABIAN, 2019, p. 41).

Mencionamos algumas instituições universitárias, cujas atuações vêm abrindo novos horizontes descoloniais para os museus que guardam os patrimônios indígenas, nos museus denominados como coleções e objetos etnográficos (VELTHEM; KUKAWKA; JOANNY, 2017), mas também as coleções de objetos arqueológicos (LIMA, 2020). Em São Paulo, temos o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP); no Rio de Janeiro, o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ) ocupa a cena como o 1º museu no Brasil; no Paraná, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal (MAE-UFPR); em Santa Catarina, o Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal (MARqE-UFSC); em Goiânia, o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Goiás (MA-UFG) ocupa um espaço destacado; como também o Museu das Culturas Dom Bosco da Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande.

Não por acaso, essas são instituições museais universitárias que se dedicam ao debate e implementação de novas metodologias participativas. Somam-se a essas contribuições relevantes, além do MIV, em Tupã-SP, as inestimáveis ações realizadas pelo Museu do Homem do Nordeste, Fundação Joaquim Nabuco (Recife), o Museu do Índio, Funai (Rio de Janeiro), e o Museu Paraense Emílio Göeldi (Belém), respectivamente vinculados ao Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O que nos parece merecedor de valorização é a contribuição das instituições museais públicas na construção de relações com as culturas indígenas de forma equilibrada, em se tratando de poder, autoridade e gestão do patrimônio cultu-

ral musealizado. Entretanto, a ampliação das iniciativas é muito esperada, aproveitando-se esse conhecimento e tecnologias desenvolvidos, base para a elaboração de políticas públicas para o setor museal.

O cenário aqui apresentado se estrutura entre parâmetros internacionais, além dos estabelecidos em âmbito federal e estadual. Ainda podemos fazer mais, vislumbrando a Recomendação (UNESCO, 2015) referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade.

Com base nos dados apresentados, o que se evidencia é: (1) As culturas indígenas ainda não têm seu lugar nos museus, em se tratando de toda e qualquer tipologia e modelo museal (CURY; VASCONCELLOS, 2012). De outro ângulo, (2) a maioria dos museus brasileiros e paulistas ainda não incorporaram as culturas indígenas em seus programas, possivelmente porque estas sempre foram apartadas das histórias nacionais e locais, a exemplo da repercussão dos museus históricos e pedagógicos em São Paulo (MISAN, 2008). As posturas colonialistas (3) ainda orientam fortemente as ações museais. Apesar das críticas sofridas pela antropologia, arqueologia e museologia, a práxis e rotinas museais, junto com a museografia, ainda não superaram esse modelo, como a curadoria ainda está restrita à representação do “outro”. Novas perspectivas antropológicas, arqueológicas e museológicas vêm se desenvolvendo, (4) a exemplo dos trabalhos colaborativos e compartilhados, experimentações que promovem novas relações, mas principalmente desenvolvem novas tecnologias para subsidiar a formulação de políticas públicas. Nesse sentido, também, a autorrepresentação ganhou os espaços museais, a exemplo da contribuição dos museus universitários e outros (CURY, 2017).

O setor público pode ampliar as políticas para o setor dos museus, de modo que a atual PNM (2003) se expanda e se aperfeiçoe para incorporação de uma nova lógica que tenha os povos indígenas contemplados nos processos de musealização. Se as políticas públicas se voltaram às questões sociais desde a Constituição de 1988, elas se aperfeiçoaram no setor museal brasileiro após a criação do Ibram (2009), mas ainda há espaço de expansão

e o estado de São Paulo pode se colocar claramente quanto à participação indígena nos processos de preservação e musealização de seus patrimônios materiais e imateriais.

O ponto em que nos encontramos considera principalmente as demandas e reivindicações dos indígenas e a incorporação de visões que promovam a indigenização dos museus – os museus indígenas e os museus tradicionais. Por esse motivo, e por colocar em pauta novos protocolos, a participação indígena em eventos, debates e discussões se torna essencial para qualquer fórum que promova os povos originários na relação com os museus e a museologia. Nesse caso, os convidados são indígenas que, em suas Terras Indígenas, mantêm práticas tradicionais, resistem às pressões políticas e sociais do entorno, vivem os dilemas e “ameaças” da absorção de novas tecnologias pelos jovens etc. Se faz necessário a reunião entre gestores museais e profissionais com os indígenas – pajés, caciques, professores indígenas e lideranças, homens e mulheres –, como também entidades indígenas em discussões sobre os novos papéis que os museus vislumbram na relação com esses povos, a exemplo do Grupo de Trabalho sobre Museus e Povos Originários (*Task Force on Museum and First Peoples*) no Canadá, que nos inspiram a uma outra força de trabalho. Porém, também devemos fortemente olhar para as organizações indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que hoje se pautam em defesa de direitos constitucionais ameaçados, mas conquistando espaços políticos como na ação apresentada no STF. Conforme a “Sustentação Oral ADPF 709”, apresentada pelo advogado Eloy Terena:

Posto isto a APIB pugna pelo reconhecimento de sua legitimidade, na qualidade de entidade de representação de âmbito nacional dos povos indígenas. Não obstante a APIB não estar constituída nos moldes do direito civilista, temos que sua personalidade jurídica irradia da própria Constituição (APIB, 2020, s./p.).

Nas palavras de Ailton Krenak, trata-se de “virada de página na história dos direitos dos indígenas” (VASCONCELOS, 2020, s./p.), o que nos faz

lembrar das palavras de Georges Erasmus: “We (the Aboriginal peoples) are well aware that many people have dedicated their time, careers and their lives showing what they believe is the accurate picture of indigenous peoples. We thank you for that, but we want to turn the page...” (TASK FORCE..., 1992, s./p.).

Se vivemos uma crise de direitos no e pelo museu, ela deve ser enfrentada e superada. Há parâmetros internacionais, recomendações, novos protocolos e éticas para o enfrentamento da relação entre museus e povos indígenas no Brasil e no estado de São Paulo, e a inestimável contribuição dos museus, em especial os universitários. Para tanto, é inevitável a avaliação das políticas públicas vigentes e a estruturação de novas, o que, sem a interlocução dos indígenas, será ineficaz e continuará a ser reprodutora de modelos colonialistas ainda presentes nos museus brasileiros e paulistas.

HORIZONTES

Queremos reforçar a importância das políticas públicas museais para elaboração de diretrizes quanto aos mais diversos tipos de museus e formas de se fazer museologia, mas também quanto aos papéis científico, educacional e social que os museus tradicionais devem desempenhar na entrada da terceira década do século XXI.

Este artigo busca contribuir com as instituições museais que reúnem, pela musealização, as heranças do passado, mas também constroem no presente um legado para as futuras gerações, fundado no diálogo intercultural para que os mais diversos esforços se direcionem, esperando as mais diversas participações – do Estado, das organizações indígenas, da sociedade civil, dos museus e universidades, de associações profissionais, de sistemas estaduais de museus, redes de articulação, e tantas outras participações e contribuições.

Não podemos esquecer que as lutas e as reivindicações civis indígenas nos EUA e no Canadá resultaram em novas políticas de trabalho nos museus, especialmente os de etnologia/antropologia e de arqueologia. Nos

EUA, a legislação que definiu as relações entre indígenas e museus, de 1990, é a Lei de Repatriação e Proteção de Túmulos dos Nativos Americanos (NAGPRA), e em 1989, o Congresso aprovou a legislação do Museu Nacional do Índio Americano (NMAI). No Canadá, o investimento foi outro, baseou-se em articulações pelo Grupo de Trabalho sobre Museus e Povos Originários (*Task Force on Museum and First Peoples*), referência de trabalho conjunto entre os indígenas e a associação profissional canadense, entre o final dos anos 1980 e início de 1990. As conquistas indígenas nos EUA e no Canadá, ainda referenciadas e lembradas, concentraram-se naquilo que é sagrado para os povos indígenas – objetos de pajé e ritualísticos, remanescentes humanos e objetos funerários –, mas também na história de apropriação de objetos indígenas de seus contextos, por isso, que a repatriação entra em pauta (CURY, 2020a), assim como novos processos e atores na curadoria museológica (CURY, 2020b).

Se há um horizonte no Brasil, não podemos deixar de lembrar a necessidade de aportes públicos aos museus indígenas e comunitários. No que se refere aos museus públicos, institucionalmente vinculados ao Estado, nos diferentes níveis, o trabalho precisa voltar-se às pautas democráticas e de direitos e, com isso, às relações entre indígenas e museus na realização de ações concretas que insiram as narrativas indígenas, historicamente negadas, no museu.

Queremos fechar o artigo com a voz indígena e recorremos à entrevista de Joe Horse Capture, apresentado por Mariana Françoze e Martin Berger (2020, p. 29):

Joe Horse Capture é membro da nação A'aniih (Montana). É especialista nas culturas dos povos indígenas da região dos Great Plains na América do Norte e tem mais de vinte anos de experiência como curador em museus norte-americanos. Atualmente é vice-presidente das Coleções Indígenas e Curador de História e Cultura Nativas Americanas no Museu Autry, em Los Angeles, Califórnia.

Da enorme contribuição que a entrevista nos traz, alguns pontos foram selecionados para dar mais corpo ao que propomos como discussão, mantendo ao máximo as palavras e ideias originais.

O depoimento de Joe Horse fala do começo ao fim do trabalho do seu pai, já falecido, ao qual ele dá continuidade: “O banco de dados de meu pai, ele terminou, apresentou-o ao [nosso] povo indígena de várias maneiras e depois faleceu” (FRANÇOZO; BERGER, 2020, p. 34). Também vale o destaque ao catálogo realizado e a grande satisfação com a curadoria e autoria indígenas:

E há algumas coisas pelas quais fiquei particularmente feliz. O número um é o catálogo – eu escrevi uma parte dele. Um professor de nossa faculdade em nossa reserva, Sean Chandler, também escreveu. Meu pai escreveu. Foi uma exposição com curadoria de membros do grupo indígena, e o catálogo foi escrito apenas por membros do grupo (FRANÇOZO; BERGER, 2020, p. 34).

Os indígenas na instituição museu trabalham para suas culturas e para todos os povos indígenas em uma ação política, o que nos confirma Joe Horse Capture, cujo desafio:

[...] é descobrir como uma pessoa deve servir à sua comunidade. E para mim, é minha comunidade imediata, minha tribo em North Central Montana, mas também a comunidade nativa como um todo. [...] Venho fazendo isso há mais de 20 anos, e isso sempre corta o coração das pessoas, mas não sei como explicar como funciona, porque esta é uma nova era no sentido de como usar museus, coleções e informações (FRANÇOZO; BERGER, 2020, p. 31).

O sentimento e os questionamentos em relação às formas como as coleções foram formadas no passado, a repatriação possível pelo NAGPRA e os museus indígenas como possibilidade, estão unidas no ideal de uma justiça possível, baseada na reparação:

Eu acho que, com alguns membros do grupo, há muito ressentimento pelo que os museus têm. E o lema deles é: devolva. Ao mesmo tempo, alguns membros do grupo estão interessados em trabalhar com o museu e descobrir como podemos chegar a um terreno comum, museus e povos indígenas. Pessoalmente, sou um defensor de que os museus precisam ajudar os indígenas a criar museus em suas próprias comunidades, porque através do NAGPRA muitas obras precisam retornar, o que é ótimo. Algumas comunidades têm

um desafio de quando as obtêm [de volta], onde as colocar (FRANÇOZO; BERGER, 2020, p. 34-35).

Joe Horse Capture nos informa que, com a repatriação, alguns objetos voltam aos cerimoniais ou são guardados, mas quando se quer preservar, algumas comunidades não têm meios para isso, a ajuda para os museus indígenas torna-se, então, necessária. Mas há de se considerar que o museu, por mais de um século, vem trabalhando com o acúmulo e o armazenamento em reserva técnica, o que é questionado, pelo valor que os objetos têm para as comunidades indígenas. Na reserva técnica:

[...] eu diria que muitas dessas obras podem ficar solitárias. Eu acho que é meio injusto. A comunidade precisa delas, não necessariamente para usá-las, mas para tê-las em sua presença, porque estas são as obras que nossos antepassados, como povos indígenas, deixaram para nós. E precisamos descobrir como fazer isso. Algumas obras certamente precisam voltar às comunidades, e os museus precisam ajudar as comunidades a descobrir isso, se necessário (FRANÇOZO; BERGER, 2020, p. 35).

A descolonização do museu está em atenção.

Se estivermos definindo a descolonização como trazer outras vozes, como repatriação para garantir que as culturas que estão sendo representadas no museu ou dentro da galeria, que as pessoas dessa cultura tenham uma contribuição significativa sobre como estão sendo retratadas. Se estamos definindo a descolonização como abertura a outras narrativas, como contribuição e criação de uma interface para – acho que o termo aqui é comunidade de origem (FRANÇOZO; BERGER, 2020, p. 38).

Os museus têm sua base no colonialismo, como lembra Joe Horse Capture, por isso ele considera o termo “descolonização” impreciso, pois não vai direto naquilo que é essencial aos povos indígenas, a recuperação daquilo que é deles.

Ironicamente, precisamos descolonizar o termo descolonização [risos]. Para mim, para meu uso pessoal, prefiro o termo recuperação [reclamation] – e isso pode ser aplicado a todos os outros públicos mencionados anteriormen-

te. Obviamente, meu interesse particular são os povos indígenas. Precisamos recuperar nossas histórias, recuperar como somos retratados, recuperar nossos trabalhos, recuperar o que nossos Antepassados nos deram, recuperar música, recuperar arquivos, recuperar fotografias, recuperar a narrativa, recuperar nosso espaço, recuperar nossa terra, recuperar nossa comida. Todas essas coisas que estamos reivindicando, tudo isso cai sob o guarda-chuva da “descolonização”. Mas é realmente recuperação. Estamos reivindicando o que é, em um sentido mais amplo, nosso. Portanto, não tenho nada contra o processo e as ideias da descolonização, mas sei como são os acadêmicos. Eles querem um termo preciso para descrever isso. Na minha opinião, descolonização – não é esse termo exato. É recuperação. (FRANÇOZO; BERGER, 2020, p. 38-39).

Fechamos este artigo trazendo para o museu a inquietação de Joe Horse Capture, como se fosse a nossa também, como compromisso de estabelecimento de um diálogo em torno de algo a ser construído em conjunto. Quem sabe com isso a reconciliação tivesse um espaço.

REFERÊNCIAS

AMES, Michael. *Cannibal tours, glasses boxes: the Anthropology of Museums*. Vancouver: UBC Press, 1992.

AMES, Michael. “Cannibal tours”, “glasses boxes” e a política de interpretação. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cassia (org.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. Trad. Rafaela Mendes Medeiros. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. p. 51-68.

APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. *Essa ação é a voz dos povos indígenas no STF*. 3 ago. 2020. Disponível em: <<http://apib.info/2020/08/03/essa-acao-e-a-voz-dos-povos-indigenas-no-stf/>>. Acesso em: 29 set. 2020.

BARONA TOVAR, Fernando. Museos, antropologia e identidades culturais em Colombia. In: LIMA FILHO, M.; ABREU, R.; ATHIAS, R. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora UFPE, 2016. p. 57-71.

BOLAÑOS, María (ed.). La memoria del mundo: cien años de museología (1900-2000). Gijón: Trea, 1997.

BOLAÑOS, María. La belleza de las crisis. *Museos.es*, n. 5-6, p. 18-27, 2009-2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus*. Brasília: MINC, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus [...] e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 11 dez. 2019.

CLIFFORD, James. Museums as contact zone. In: CLIFFORD, James. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997. p. 188-219.

CLIFFORD, James. Museologia e contra-história: viagens pela costa noroeste dos Estados Unidos. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 254-301.

CURY, Marília Xavier. Circuitos museais para a visitação crítica: descolonização e protagonismo indígena. *Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 7, p. 87-113, 2017.

CURY, Marília Xavier. Repatriamento e remanescentes humanos: musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas. *Em Questão* [on-line], p. 1-30, 2020a. Disponível em: <<https://doi.org/10.19132/1808-524500.%25p>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: reflexividade sobre a tríade museologia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 129-146, 2020b.

CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Introdução: Questões indígenas e museus. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (org.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari/Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. p. 17-19.

DIAS, Juliana Braz. Histórias contadas: análise de uma experiência entre os Anishinabe. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 53, p. 257-281, jan./abr. 2019.

DURAND, J. Y. Este obscuro objeto do desejo etnográfico: o museu. *Etnográfica*, v. 11, n. 2, p. 373-386, nov. 2007.

EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. National Museum of the American Indian Act. *Public law 101-185*. Washington DC, nov. 1989. Disponível em: <<https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-103/pdf/STATUTE-103-Pg1336.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Native American Graves Protection and Repatriation Act (NAGPRA)*. Pub.L. 101-601; 25 U.S.C. 3001-3013; 104 Stat. 3048-3058. 16 nov. 1990. Disponível em: <<http://www.nps.gov/nagpra/mandates/25USC3001etseq.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FABIAN, Johannes. O outro revisitado: considerações críticas. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cassia (org.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. p. 29-50.

FRANÇOZO, Mariana; BERGER, Martin. Entrevista com Joe Horse Capture. *Espaço Ameríndio*, v. 14, n. 1, p. 29-48, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-6524.105293>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

HOERIG, Karl A. From third person to first: A call for reciprocity among non-native and native museums. *Museum Anthropology*, v. 33, n. 1, p. 62-74, 2010.

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Organização dos Estados Ibero-Americanos (OIE). *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*. Brasília: Phábrica, 2016.

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Portaria nº 315*, de 6 de setembro de 2017. Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e dá outras providências. Brasília: IBRAM, 2017.

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Programa Pontos de Memória*. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Site oficial*. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LIMA, Leilane Patricia de. A Arqueologia e o patrimônio arqueológico indígena em exposições museais no centro-oeste de São Paulo e norte do Paraná: questões preliminares. In: CURY, Marília Xavier (org.). *Direitos indígenas no museu - novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervo em discussão*. São Paulo: SEC/ACAM Portinari/MAE-USP, 2016. p. 115-127.

LIMA, Leilane Patrícia de. A comunicação em museus e a temática indígena em exposições: questões gerais e desafios atuais. In: CURY, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP/ACAM Portinari/Museu Índia Vanuáire/MAE-USP, 2020. p. 203-220.

LORENTE, Jesús Pedro. El multiculturalismo como piedra de toque en Canadá: los museos de Vancouver a la luz de la museología crítica. *HER&MUS* 6, v. III, n. 1, p. 112-129, 2011.

LORENTE, Jesús Pedro. Estrategias museográficas actuales relacionadas com la museología crítica. *Complutum*, v. 26, n. 2, p. 11-120, 2015.

LORENTE, Jesús Pedro. El giro crítico en la Historia del Arte y en la Museología ante el reto de musealizar in situ el street art. In: OLIVEIRA, Emerson Dionísio de; COUTO, Maria de Fátima Morethy; MALTA, Marise (org.). *História da Arte em museus*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2020. p. 11-23.

MIGNOLO, Walter. Museus no horizonte colonial da modernidade. Garimpando o museu (1992) de Fred Wilson. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 7, n. 13, p. 309-324, jan./jun. 2018.

MISAN, Simona. Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, v. 16, n. 2, p. 175-204, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cassia. Introdução. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cassia (org.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. Trad. Rafaela Mendes Medeiros. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. p. 7-25.

PADRÓ, Carla. La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto e intercambio. In: LORENTE, Jesús-Pedro (dir.); ALMAZÁN, David (coord.). *Museología crítica y arte contemporánea*. Zaragoza: Prensas Universitarias Zaragoza, 2003. p. 51-70.

PORTO, Nuno. Para uma museologia do sul global: multiversidade, descolonização e indigenização dos museus. *Revista Mundaú*, n. 1, p. 59-72, 2016.

RECHENA, Aínda. *Encontro comemorativo da I Jornada sobre a função social do museu de 1988*. Vila Franca de Xira, 2018. 6 p. mimeo.

ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. *Mana*, v. 21, n. 1, p. 123-155, 2015a.

ROCA, Andrea. Museus indígenas na Costa Noroeste do Canadá e nos Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação. *Revista de Antropologia*, v. 58, p. 117-142, 2015b.

SÃO PAULO (Estado). *Apresentação da Política Cultural da Secretaria da Cultura*: versão 2016. São Paulo: Secretaria da Cultura, 2016. 5 p. mimeo. Disponível em: <<http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/2016.01-Pol%C3%ADtica-Cultural-da-SEC-SP.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Oficinas Culturais do Estado de São Paulo. *Site oficial*. Disponível em: <<https://oficinasculturais.org.br/sobre/>>. Acesso: 18 jan. 2020a.

SÃO PAULO (Estado). Portal da Transparência. *Site oficial*. Disponível em: <<http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacoes-sociais-de-cultura/unidades-gestoras/>>. Acesso em: 3 jan. 2020b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC). *Site oficial*. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2020c.

SÃO PAULO (Estado). Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM). *Site oficial*. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br>>. Acesso em: 18 jan. 2020d.

SILVA, Danielle de Lima; RAMOS, Claudinéli Moreira (org.). *Legislação da Cultura no Estado de SP: leis e decretos*. São Paulo: SEC-SP, 2018a. (Caderno UM-LabCult, 3).

SILVA, Danielle de; RAMOS, Claudinéli Moreira (org.). *Legislação da Cultura no Estado de SP: Resoluções*. São Paulo: SEC-SP, 2018b. (Caderno UM-LabCult, 4).

SOUSA SILVA, Liliana; RAMOS, Claudinéli Moreira. *Indicadores para políticas públicas de cultura: desafios e perspectivas em SP*. São Paulo: SEC-SP, 2018. (Caderno UM-LabCult, 1).

TASK FORCE on Museums and First Peoples. *the page: gorging new partnerships between museums and First Peoples*. Ottawa, Canada: Assembly of First Nations/Canadian Museum Association, 1992.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade*. Paris, 17 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2017/05/RecomendacaoProtecaoMuseuseColecoes.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

VARINE, H. de. Decolonizing Museology. *Icom News*, n. 3, p. 3, 2005.

VASCONCELOS, Renato. Ação do STF é “virada de página na história dos direitos indígenas”, diz Ailton Krenak. *Estadão*, São Paulo, 5 ago. 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,acao-no-stf-e-virada-de-pagina-na-historia-dos-direitos-indigenas-diz-ailton-krenak,70003388297>>. Acesso em: 29 set. 2020.

VELTHEM, Lucia Hussak van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, Belém, v. 12, n. 3, p. 735-748, set./dez. 2017.

VOLKERT, James. Los museos en los albones del siglo XXI. *Ciencia Hoy*, 1997. Disponível em: <<http://ciencia hoy.org.ar/1997/06/los-museos-en-los-albores-del-siglo-xxi>>. Acesso em: 11 dez. 2019.